

## “CANTIGAS DE SANTA MARIA” (SÉC. XIII): INTERSECÇÕES ENTRE HISTÓRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*"Cantigas de Santa Maria" (XIII century): intersections between History and International Relations*

Renan Holanda Montenegro<sup>1</sup>

Gustavo de Oliveira Andrade<sup>2</sup>

---

1 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil. **E-mail:** [renanholanda@bol.com.br](mailto:renanholanda@bol.com.br). **ORCID:** <http://orcid.org/0000-0002-4371-5466>

2 Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju, SE, Brasil. **E-mail:** [andradegustavo22@gmail.com](mailto:andradegustavo22@gmail.com). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-1787-9969>

Recebido em 23 abr. 2019 | Aceito em 12 nov. 2019

## RESUMO

O presente artigo investiga o contexto histórico e político do mundo medieval ibérico sob a perspectiva do Reino de Castela e Leão por meio de uma análise das Cantigas de Santa Maria (CSM), conhecida compilação de conteúdo trovadoresco publicada ao longo do reinado de Afonso X (1252-1284). Questões envolvendo o processo interno de centralização régia, as relações entre cristãos e muçulmanos e o equilíbrio de poder na Península são discutidas de forma mais detida. Com isso, espera-se avançar no debate interdisciplinar entre História e Relações Internacionais.

**Palavras-chave:** Península Ibérica; Afonso X; Cantigas de Santa Maria.

## ABSTRACT

This article investigates the historical and political context of the medieval Iberian world from the perspective of the Kingdom of Castile and Leon through an analysis of the Cantigas de Santa Maria (CSM), a well-known compilation of troubadour content published throughout the reign of Alfonso X (1252-1284). Issues involving the internal process of royal centralization, Christian-Muslim relations, and the balance of power on the Peninsula are discussed more deeply. With this endeavor, we hope to advance in the interdisciplinary debate between History and International Relations.

**Keywords:** Iberian Peninsula; Alfonso X; Cantigas de Santa Maria.

## INTRODUÇÃO

Apesar de as disciplinas da História e das Relações Internacionais (RI) possuírem claras conexões, sobretudo se observarmos o desenvolvimento da segunda no Brasil<sup>3</sup>, ainda há espaços importantes a serem preenchidos a partir da intersecção entre os dois campos do saber. Especificamente no caso das RI, a ênfase investigativa no Estado enquanto unidade de análise privilegiada acabou por, basicamente, excluir do escopo da disciplina os estudos cujo intervalo temporal se situa antes dos acordos de Vestfália (1648). O mesmo acontece com a História Diplomática, já que “nem a antiguidade e nem o medievo mostram-se como temporalidades privilegiadas pelas pesquisas da área, ocupando apenas um lugar introdutório na composição da história da diplomacia e da formação das relações internacionais” (Lima 2015, p. 79).

Neste artigo<sup>4</sup>, por meio de uma análise das diversas tensões sociais – domésticas e externas – observadas na Península Ibérica durante a Baixa Idade Média, buscamos prestar uma contribuição no sentido de superar a supracitada lacuna temporal nos estudos sobre o “internacional”. Especificamente, o trabalho intenta analisar o contexto histórico e político do

3 Ao contrário dos Estados Unidos, onde o campo das Relações Internacionais se consolidou através da enorme influência de acadêmicos da Ciência Política, no Brasil houve uma clara participação de historiadores na institucionalização da disciplina.

4 Parte dele é baseada na monografia “*Armas y Musica: as Cantigas de Santa Maria como um instrumento de poder no reinado de Afonso X (Séc. XIII)*”, defendida pelo coautor junto ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, em 2016. Agradecemos imensamente as contribuições do Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro, orientador do trabalho.

mundo medieval ibérico sob a perspectiva do Reino de Castela e Leão, presente nas diversas composições que integram as Cantigas de Santa Maria (CSM), coligida e publicada ao longo de quase todo o período de reinado de Afonso X<sup>5</sup> (1252-1284).

Nossa pretensão é entender o equilíbrio de poder na Península Ibérica no século XIII, que, como mostraremos no decorrer do texto, muito emula as práticas e instrumentos das relações internacionais<sup>6</sup> após a fundação do Estado moderno. Para tanto, pretendemos destacar principalmente a atividade militar incisiva empreendida pelo monarca durante todo o reinado, bem como sua importante contribuição, aos olhos das CSM, para o que os historiadores chamam de “Reconquista”. As análises apontam que Afonso, também conhecido como “o Sábio”, entendia a poesia trovadoresca como parte da própria política. A sátira torna-se, assim, uma arma administrativa valiosa.

O estudo das múltiplas dinâmicas sociais presentes no medievo revela que temas e conceitos caros à disciplina das Relações Internacionais – como equilíbrio de poder, guerra e paz, e o longo processo de formação dos Estados modernos – não necessariamente precisam ser investigados apenas a partir de 1648. Nesse sentido, o artigo reitera a importância de se estudar documentos históricos à luz das teorias e conceitos das RI.

Na próxima seção, explicamos, em linhas gerais, o que são as Cantigas de Santa Maria. Depois, delineamos o contexto histórico que serve de pano de fundo para as CSM. Em seguida, analisamos algumas das Cantigas em torno das seguintes temáticas: 1) relação entre cristãos e muçulmanos no medievo ibérico; 2) a recorrência da guerra e da violência enquanto fenômenos sociopolíticos; e 3) narrativas históricas de batalhas do período. Ao fim, traçamos breves considerações conclusivas e levantamos possibilidades para futuras agendas de pesquisa.

## CONTEÚDO TROVADORESCO NAS “CANTIGAS”: POSSIBILIDADES DE UMA VASTIDÃO DOCUMENTAL

Redigido e compilado durante o reinado de Afonso X, o cancionero mariano encontra-se dividido em quatro códices: o “To” (da Biblioteca Nacional de Madri), “E” e “T” (ambos da Biblioteca do Escorial), e o “F” (manuscrito da Biblioteca Nacional de Florença). Ao todo, tem-se uma compilação de 427 cantigas, muito embora a intenção inicial era elaborar uma coleção de apenas 100, que remetessem exclusivamente à Virgem Maria. Ao fim de cada nove cantigas de milagre, há uma de louvor, acompanhada de uma iluminura.

Encontram-se nas CSM poemas sobre o cotidiano no campo, os aspectos políticos vivenciados no período em que foram redigidas, a vida na corte, judeus e muçulmanos na Península Ibérica, conversões de personagens fictícios e não fictícios ao cristianismo, traços da

<sup>5</sup> Originalmente, em castelhano se grafa “Alfonso”.

<sup>6</sup> Utilizamos iniciais maiúsculas para nos referir à disciplina das RI, enquanto as iniciais minúsculas serão utilizadas quando estivermos nos referindo ao seu objeto de estudo (o “internacional”).

personalidade e forma de governar de Afonso X, bem como relatos de batalhas e cenas de violência, curiosamente intercalados com louvores e orações.

A maioria dos poemas escritos em galego segue a categorização mais ampla dos gêneros poéticos típicos do trovadorismo, podendo ser enquadrados em quatro categorias:

- 1) Canções de amor: estilo no qual “o trovador empreende a confissão, dolorosa e quase elegíaca, de sua angustiante experiência passional frente a uma dama inacessível aos seus apelos, entre outras razões porque de superior estirpe social” (Moisés 1999, p. 21);
- 2) Canções de amizade: tipo de cantiga que focaliza o outro lado da relação amorosa, pois o suporte do poema é agora representado pelo sofrimento amoroso da mulher, quase sempre pertencente às camadas populares (pastoras ou camponesas, por exemplo);
- 3) Canções de escárnio: composições nas quais há críticas a algum grupo ou pessoa através de palavras de duplo sentido e de ambiguidades, trocadilhos e jogos semânticos;
- 4) Canções de maldizer: estilo caracterizado por críticas mais diretas, onde é normal que ocorra agressões verbais à pessoa ou grupo que está sendo criticado. Geralmente usa-se até mesmo palavrões para compor esse tipo de cantiga, podendo ser revelado ou não a quem se destinam os ataques.

Uma das características estruturais presentes em quase todas as canções marianas é o “*Zéjel*”, suposta forma tradicionalmente árabe de se fazer poemas e que foi incorporada pela cultura hispânica após os anos de dominação muçulmana. O “*Zéjel*” seria um tipo de composição poética hispano-árabe de métrica popular, também propagada na poesia espanhola, constituída por uma ou duas linhas de abertura que compõem o coro e um número variável de versos. Cada estrofe consiste em três linhas retas monorrítmicas e uma última linha que rima com o refrão.

Apesar da visão menosprezada de judeus e muçulmanos em quase todo tempo, curiosamente as Cantigas utilizam-se de aspectos árabes na composição. Ademais, tendo em vista que o século XIII foi bastante emblemático para a cristandade, permeado de lutas contra os considerados “infiéis”, esses aspectos acabaram por serem fortemente representados nas CSM.

## MUNDO MEDIEVAL IBÉRICO: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

O período medieval, apesar de ser encarado no senso comum como um tempo de trevas, fornece importantes contribuições para a investigação de fenômenos globais. O contexto histórico do período afonsino é particularmente interessante, sobretudo se visto com os olhos de hoje, já que, a despeito das diferenças culturais e de instituições políticas, a Península Ibérica – e seus arredores imediatos, como o Norte da África e o mundo mediterrâneo – concentrava uma série de tensões que muito tempo depois vieram a ampliar-se.

No início do século X, a dominação moura na Península Ibérica era quase total. Ao Norte, os reinos de Leão e Navarra, bem como o Condado de Barcelona, foram os únicos que conseguiram resistir às incursões muçulmanas. O Reino de Leão era o principal eixo cristão nesse simulacro de equilíbrio de poder<sup>7</sup>. Com o início das diversas batalhas de Reconquista, aos poucos o desenho geopolítico da região vai ganhando novos contornos.

Já no século XI, foram registrados avanços importantes no Nordeste da Península, cujo episódio emblemático é a criação do Reino de Aragão, antigo condado dos Francos, formado através da junção de unidades autônomas localizadas naquela porção do continente. É mister notar, contudo, a persistência da ocupação moura em regiões importantes da Península, além das disputas políticas no interior do mundo islâmico que afetaram as ambições expansionistas dos califas. Espaços relevantes do mundo ibérico permaneciam sob comando muçulmano, como Badajóz (a oeste), Toledo (ao centro), Saragoza (com saída às águas mediterrâneas ao nordeste), Sevilha e Granada (ao sul).

Esse cenário passa a apresentar alterações importantes já em meados do século XII. Em 1150, a balança do poder dá claros sinais em favor do Reino de Leão e Castela, que avançou sobre possessões relevantes outrora dominadas pelos mouros. Finalmente, o processo de Reconquista vai consolidando-se com o passar das décadas e já no século XIII pode-se afirmar que havia uma clara hegemonia na Península Ibérica em favor do Reino de Castela e Leão, que passa a ser comandado por Afonso X a partir de 1252, com a morte do seu pai, Fernando III, filho de Afonso IX (de Leão). O último locus de ocupação moura foi o Reino de Granada, cuja sobrevivência só foi prolongada graças a acordos pragmáticos de vassalagem e apoio circunstancial aos cristãos<sup>8</sup>.

No âmbito desse conturbado contexto regional, outros processos distintivos em termos políticos e sociais se desenrolavam ao longo da Europa Medieval. Entre eles, para além do óbvio embate de cunho religioso, podemos citar as demandas régias por centralização política interna e, no âmbito transfronteiriço, o intenso intercâmbio diplomático. Com relação a este último, ainda que a diplomacia em si seja uma atividade intrinsecamente estatal, cabe ressaltar que, no século XIII, estavam em curso mudanças decisivas que vieram consolidar a transformação da monarquia feudal no que hoje pode se chamar de Estado moderno (Genet 2006).

---

7 De acordo com Nye Jr. (2002), o termo “equilíbrio de poder” pode se referir, pelo menos, a três significados distintos: 1) qualquer distribuição de poder; 2) a política de equilibrar poder com o fim de impedir qualquer outro ator (Estado) de desenvolver preponderância; 3) e situações históricas multipolares (como a Europa do século 19). Utilizamos a palavra “simulacro” porque, em tese, a noção de equilíbrio de poder costuma estar restrita a períodos históricos cuja institucionalização do Estado encontra-se em estágio mais avançado. Ainda assim, contudo, pode-se dizer que, no Medievo Ibérico, é possível identificar claramente elementos definidores da lógica de “equilíbrio de poder”, como a distribuição e o equilíbrio enquanto política.

8 A atuação pragmática dos governantes de Granada merece atenção especial da parte de historiadores e internacionalistas, já que é muito comum atribuir a Richelieu, séculos depois, a autoria da lógica de “razão de Estado”. Foi o cardeal francês que, com a finalidade de evitar a supremacia Habsburgo e o conseqüente isolamento francês, teria abandonado a moral religiosa em detrimento de critérios geopolíticos. Ainda que não se ponha em xeque o caráter inovador da perspectiva política de Richelieu, convém salientar que não necessariamente foram os franceses os primeiros a se distanciarem de aspectos morais na condução de assuntos de Estado.

Para Lima (2015), ainda que não se possa falar de um Estado-Nação *per se*, é claramente possível observar o Medievo como um período de intensos intercâmbios diplomáticos. Na Idade Média, as relações diplomáticas se distinguem por “serem um conjunto de relações entre grupos políticos organizados (urbanos, ducais, régios, imperiais, eclesiásticos), mesmo que (...) o poder régio (Estado) gradativamente se afirmasse com a exclusividade nesse âmbito” (p. 84).

Nesse contexto, de acordo com Barros (2006), os reinos de Portugal e de Castela praticamente antecipam os processos de centralização régia e tornam-se protagonistas de tal empreitada.

Desde cedo, estes monarcas viram a necessidade de caminhar não apenas em direção a um controle da violência militar, facilitado pelo seu papel de regentes máximos das operações militares da Reconquista. Era preciso caminhar também em direção a um “controle simbólico” da violência social. Para isso se prestou admiravelmente a difusão da imagem de um rei “árbitro de conflitos”. Em uma sociedade aristocrática em crise, pontuada pelas mais diversas rivalidades linhagísticas e internobiliárquicas, a imagem do “árbitro de conflitos” era um meio de convencer parte da nobreza acerca da necessidade de seu projeto centralizador. Dom Afonso X de Castela e seus contemporâneos de Portugal logo compreenderam que o movimento cultural dos trovadores, em vias de declinar em algumas partes da Europa, ajustava-se esplendidamente às estratégias culturais que poderiam beneficiar os seus projetos políticos centralizadores. (Barros 2006, p. 28)

Como se infere do excerto acima, em meio ao complexo emaranhado de processos sociais em curso no Medievo Ibérico, as cantigas trovadorescas eram encaradas não apenas sob o viés de movimento cultural, mas também como um importante instrumento político da administração real.

### RELIGIOSIDADE, GUERRA E PODER NAS CSM

Para se ter uma ideia da relevância dos mouros nas CSM, basta mencionar que, do total de cantigas, 42 tratam diretamente desse povo, demonstrando a importância da presença muçulmana para os objetivos políticos do Reino de Castela e Leão. Ao se utilizar de letra, música e imagem para fazer as suas exposições nas canções marianas, Afonso X deixa bem clara a imagem que ele queria transmitir: o cristianismo como único caminho para a salvação, enquanto outras expressões religiosas eram apresentadas como uma farsa ou até mesmo algo diabólico.

Dessa forma, os mouros eram sempre representados como violentos e sem coração. Nem mesmo Maomé ou Alá escapavam das canções de escárnio e mal dizer. Em um trecho da canção 328, temos a figura de Maomé no inferno servindo aos interesses do diabo<sup>9</sup>:

Ca se ela qué que seja | o séu nom' e de séu Fillo  
nomeado pelo mundo, | de sto non me maravillo,  
e corrudo del Mafomét | e deitado en eixillo  
el e o diab' antigo | que o fez séu avogado.

9 Todas as cantigas citadas diretamente na presente seção foram extraídas de Casson (2011).

*Sabor há Santa María, | de que Déus por nós foi nado...*

É comum que os poemas retratem, além da visão marginalizada dos adoradores de Alá, a noção da conversão como salvação, mostrando que o cristianismo é o caminho até mesmo para aqueles que um dia foram infiéis. Na cantiga 28, que retrata um exército muçulmano tentando dominar Constantinopla, vemos esse enredo claramente. A narrativa mostra que, graças às preces dos soldados, a invasão não foi bem-sucedida, terminando com a conversão do Sultão, o qual se apaixona pela imagem da Virgem Maria.

Podería-vos de dur | dizer as grandes dõas  
que aquel Soldán de Sur | déu i, ricas e bõas;  
demais foi-os segurar | que non fosse corrudo  
o reino, se Déus m' ampar, | e foi-lle gradeçudo.  
Todo logar mui ben póde | seer defendudo...

Já a canção 46 mostra como, após derrotar cristãos em uma batalha e ficar com uma imagem da Santa Maria como espólio do combate, um soldado mouro vê o objeto santo derramar leite pelas tetas. Ele se emociona e opta pela conversão, inclusive a dos seus familiares.

Adur pod' esta razôn | toda o mour' encimar,  
quand' à omagen entôn | viu dúas tetas a par,  
de viva carn' e d'al non, | que foron lógo mãar  
e deitar  
leite come per canudos.  
Porque hajan de seer...

Quand' esto viu, sen mentir, | começou muit' a chorar,  
e un crérigo vñr | fez, que o foi batiçar;  
e pois desto, sen falir, | os séus crischãos tornar  
fez, e ar  
outros bñes connosçudos  
Porque hajan de seer...

Podemos, então, ver um esforço notável da corte afonsina em integrar os mouros aos seus projetos unificadores. Sendo assim, como Schmitt (1998, p. 287) bem salienta, “o cristianismo medieval ‘recupera’ de uma maneira ou de outra todos os marginais e investe, de todas as partes, a margem interna da sociedade num prodigioso esforço de legitimação: a tarefa é relativamente fácil no caso dos comerciantes ou dos intelectuais”.

Na cantiga 181, há mais uma demonização dos mouros. A narrativa expõe a violência repentina e brutal dos soldados islâmicos na tentativa de abalar a estabilidade cristã por meio da queda de um monarca.

Que éran da outra parte, | atal espant' ên colleron  
que, pero gran poder éra, | lógo todos se venceron,  
e as tendas que trouxéran | e o al todo perderon,  
e morreu y muita gente | dessa fea e barvuda.  
*Pero que seja a gente | d'outra lei e descreúda...*

E per Morabe passaron | que ante passad' houvéran,

e sen que perdud' havían | todo quant' alí trouxéran,  
atán gran medo da sina | e das cruces y preséran,  
que fogindo non había | niún redëa tēuda.  
*Pero que seja a gente | d'outra lei e descreúda...*

E assí Santa María | ajudou a séus amigos,  
pero que d'outra lei éran, | a britar séus ãemigos  
que, macar que éran muitos, | nonos preçaron dous figos,  
e assí foi ssa mercee | de todos mui connoçuda.  
*Pero que seja a gente | d'outra lei e descreúda...*

O texto narra uma batalha entre um governante cristão de Marraquexe contra um exército de muçulmanos. No caso, o rei marroquino, aconselhado a sair da cidade com os melhores guerreiros à sua disposição, leva a bandeira de Santa Maria e é acompanhado por cristãos que transportam cruces. A vitória é alcançada e os muçulmanos, expulsos das terras. “Percebe-se, nos versos supracitados, o intuito de reforçar a devoção mariana e de sublinhar a importância de Maria como *Mater pietatis*” (Alcalá 2000, p. 28).

As relações estabelecidas entre as minorias étnico-religiosas nas canções marianas – judeus e, principalmente, os mouros – foi extremamente marcada pelo tensionamento entre incluí-los ou não na sociedade ibérica. De maneira geral, fica claro que toda a imagem que se pretende passar dos Mouros na Península não está necessariamente ligada a um comportamento apresentado naquele momento, o século XIII, e sim ao passado.

Como visto na seção anterior, as áreas ocupadas pelos mouros já haviam regredido significativamente quando do período afonsino. Àquela altura, os cristãos se sentiam como os donos da Península. “Na prática os muçulmanos não eram mais uma ameaça militar considerável e a centralização monárquica e a afirmação frente a Cristandade estavam na agenda real, ao mesmo tempo em que garantiam a manutenção de suas conquistas” (Vereza 2009, p. 170).

Ademais, reitera-se que não se pode perder de vista que as canções marianas são um discurso régio, carregando, assim, o modo de pensar de uma corte. Nesse sentido, é particularmente interessante notar que, fora do contexto bélico, as representações em torno dos muçulmanos não necessariamente eram sempre negativas.

Um fato a se ressaltar é que quando as fontes ambientam situações passadas na guerra ou no cativeiro, elas falam de mouros com um estatuto e uma posição frente aos cristãos bem diferente daqueles que aparecem quando a ação se desenrola no cotidiano. Os primeiros estão em situação de conflito aberto com os cristãos. O contato é sempre em forma de confronto, geralmente armado, e se dá em situação limite para ambos os lados. Na guerra ou no cativeiro não há, ou há pouquíssimas possibilidades do encontro se dar amistosamente. Nestes casos, o muçulmano é o estrangeiro por excelência, não só porque é diferente religiosa e culturalmente, mas porque não habita o mesmo espaço, bem como é o inimigo territorial. A situação é assim de total oposição. (Vereza 2009, p. 171).

Dentre a vastidão de citações encontradas nas CSM, guerreiros, armas e batalhas são um dos temas mais frequentes, retratando inúmeros combates e feitos heroicos, muitos destes sem confirmações de veracidade. Porém, há passagens que tratam de momentos cruciais do período afonsino, como os conflitos com a região de Granada e a revolta dos mudéjares<sup>10</sup>. Em suma, os avanços cristãos ao sul da Península em meados do século XIII praticamente reduzem as possessões islâmicas ao reino de Granada, que, como visto anteriormente, apesar da autonomia, era vassalo do reino castelhano (Vereza, 2017).

A canção mariana 366, por exemplo, recorda o ataque dos exércitos de Granada com guerreiros africanos nos muros de Sevilha, dando a entender que o rei foi ferido nos combates. Esse milagre é narrado quando do retorno de Afonso X.

E de tal razón çom'esta | ùa maravilla féra  
avẽo ja en Sevilla | eno tempo que i éra  
el Rei, e que de Grãada | de fazer guérria vëera  
aos mouros dessa térra | que i éran moradores.

e outros muitos genetes | que d' África i passaran;  
ca todos filiaron daño | dele, qual nunca fillaram,  
en pães, hórtas e vinnas | e en quanto lles acharan.  
E pois aquesto foi feito, | el Rei con séus lidadores,

quand'este feito fezéron, | tornaron pera Sevilla.  
E el Rei mui mal doente | foi i a gran maravilla,  
mais guariu pela mercee | da que é Madre e Filla  
de Déus, que o guarecera | ja d'outras grandes doores.  
*A que en nóssos cantares | nós chamamos Fror das frores...*

A estratégia de infiltração da coroa Castelhana e as ambições do rei sobre o norte da África, ao se chocarem com a política do Reino Nasrida (ou *nazari*, em espanhol) de Granada, que sofre uma grande derrota em Ceuta, traz consequências importantes. Paralelo a tais acontecimentos, a desarticulação progressiva do sistema sociopolítico mudéjar propicia um terreno fértil para a revolta ocorrida em 1264.

Segundo Fitz (2004, p. 39), não é fácil saber se Afonso X tinha reservado, a priori, algum projeto para os súditos mudéjares na região de Andaluzia e de Murcia, ou para os governantes islâmicos vassalos de Granada, Niebla, Jerez e outras localidades menores. Entretanto, se realmente as Cantigas de Santa Maria eram um espelho das crenças, opiniões e aspirações pessoais do rei de Castela, seria correto pensar que os desejos de Afonso X passavam por destruir os muçulmanos tanto do norte da África como os da Espanha, onde aqueles possuíam forçadamente alguns territórios que, ao julgamento do monarca, pertenciam aos cristãos. A cantiga de número 401 embasa tal perspectiva.

Macar poucos cantares | acabei e con son

10 Muçulmanos que permaneceram em territórios cristãos durante a Reconquista.

Virgen, dos téus miragres, | peço ch' óra por don  
que rógues a téu fillo | Déus que el me perdôn  
os pecados que fige | pero que muitos son  
e do séu paraíso | non me diga de non  
nen eno gran júzio | entre migu' en razôn  
nen que polos méus érros | se me móstre felôn  
e tu, mia Sennor, róga- | ll' agora e entôn  
muit' aficadamente | por mi de coraçôn  
e por este serviço | dá-m' este galardôn.

Pois a ti, Virgen, prougue | que dos miragres téus  
fezéss' ende cantares, | rógo-te que a Déus,  
téu Fillo, por mi rógues | que os pecados méus  
me perdôn e me queira | recibir ontr' os séus  
no santo paraíso | u éste San Matéus  
San Pédr' e Santiago | a que van os roméus  
e que en este mundo | queira que os encréus  
mouros destrüír póssa | que son dos Filistéus  
com' a séus ãemigos | destrüiu Macabéus  
Judas, que foi gran tempo | cabdélo dos judéus.

De 1266 a 1272, as relações entre o governo afonsino e os *nazari* oscilaram entre a trégua e as incursões bélicas próximas à fronteira. Este período pode ser considerado como de consolidação do Reino Nasrida, segundo Nuñez (1984). Se Fernando III, com prudência, havia assentado as bases do reino de Granada, sua afirmação se deve em grande parte às guerras civis castelhanas, que se agravaram nos últimos anos de Afonso X. A empreitada afonsina nos limites do seu reino, dessa forma, muito consistia em diminuir a autonomia e os poderes dos grandes senhores, que tinham a devoção dos próprios vassallos.

O acesso ao trono de Afonso X marca uma inflexão importante na tolerância aos pactos mudéjares. Considerados como um inimigo potencial para os cristãos da Península Ibérica, esses pactos foram denegridos e anulados pela própria coroa mediante a imposição de um brusco sistema fiscal e da marginalidade sociocultural – ou diretamente através da expulsão. Mesmo em alguns aspectos precisos onde elementos muçulmanos estão bem mais inseridos na comunidade cristã, em seu conjunto, as relações eram hostis. Hostilidade não necessariamente aberta, mas cuja cautela é perceptível pela documentação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo central, a partir das contribuições da História, preencher uma clara lacuna existente no campo das Relações Internacionais, que praticamente ignora o estudo do “internacional” no período anterior ao século XVII. Entendemos haver claras intersecções entre as duas disciplinas e possibilidades mútuas de ganhos através da investigação do Medievo Ibérico<sup>11</sup>.

---

11 Cabe a menção de que por mais que haja bastantes historiadores nos departamentos de RI, seja como professores ou como discentes de pós-graduação, o inverso não é verdade.

Como ficou claro ao longo do texto, temáticas caras para o estudo da política internacional, como a guerra e o equilíbrio de poder, estão fortemente presentes na Península Ibérica ao longo da Idade Média. A investigação das Cantigas de Santa Maria permite, então, avaliar a interação entre as demandas por centralização régia e as tensões políticas envolvendo grupos minoritários, como os mudéjares. Mais que isso, permite entender a complexa dinâmica – ora belicosa, ora mais diplomática – entre reinos cristãos e califados muçulmanos.

O contato permanente entre as duas maiores religiões monoteístas da história é central para compreender a geopolítica da periferia europeia, do Norte da África e do mundo mediterrâneo como um todo durante a Idade Média. Diversas tensões que permanecem nos dias de hoje, sobretudo com relação ao debate sobre imigrantes na Europa, podem ser melhor compreendidas se olharmos o imenso processo histórico que tem o período medieval como importante intervalo de análise. As CSM, nesse sentido, desempenham um papel fundamental na adequada contextualização dos eventos.

Por mais que o longo processo de Reconquista tenha findado com a hegemonia cristã, o fato é que, por séculos, não era exatamente claro para que lado a balança do poder penderia na Península Ibérica. Esse tipo de cenário muito reflete o que os especialistas convencionaram chamar de “equilíbrio de poder”, situação na qual não há uma unidade política capaz de levar a cabo um processo de unificação total. Essa preocupação foi recorrente entre os estadistas europeus pós-Vestfália, sobretudo no Congresso de Viena, no primeiro quarto do século XIX, depois das Guerras Napoleônicas<sup>12</sup>.

Esperamos, portanto, que o debate interdisciplinar em torno de questões como – entre outras – Estado, guerra e equilíbrio de poder, traga contribuições profícuas tanto para a História, como para as Relações Internacionais. Do lado da primeira, o maior refinamento teórico e conceitual das RI em torno desses temas muito pode contribuir para uma compreensão mais acurada da Idade Média. Do lado das RI, são inúmeras as possibilidades de avançar o debate metodológico na disciplina para além das já tradicionais análises de discurso, de documentos diplomáticos e/ou de dados estatísticos – o vasto material empírico sobre o medievo pode contribuir decisivamente tanto em termos de refinamento teórico, como nos debates epistemológicos sobre pós-positivismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alcalá, A. (2000) Doctrina teológica y leyendas pías en las Cantigas de Santa María de Alfonso X El Sabio. In: M. R. Calvo-Manzano (Dir.), *Alfonso X El Sabio, Impulsor del arte, la cultura y el humanismo*. Madrid: Arlu Ediciones, pp. 27-44.

Barros, J. D. (2006) O trovadorismo medieval ibérico e a violência simbólica – séculos XIII e XIV. *Estudos Ibero-Americanos*, XXXII (2), pp. 25-42.

---

<sup>12</sup> Florenzano (2007), por exemplo, entende que foi a Península Itálica, na segunda metade do *quattrocento*, que teria vivenciado “uma espécie de pioneiro equilíbrio de poder entre os principais Estados” (p. 26).

Casson, A. D. (2011) *Cantigas de Santa Maria for Singers*. Disponível em: <http://www.cantigasdesantamaria.com/> (acesso em 16 outubro 2019)

Fitz, F. G. (2004) Alfonso y sus relaciones con el emirato granadino: política y guerra, *Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes*, n. 4, pp. 35-78.

Florenzano, M. (2007) Sobre as origens e o desenvolvimento do estado moderno no ocidente. *Lua Nova*, n. 71, pp. 11-39.

Genet, J. (2006) Estado. In: J. Le Goff e J. Schmitt (eds.), *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, pp. 397-409.

Lima, D. M. X. (2015) Novos olhares sobre a diplomacia medieval. *Revista Transversos*, 3(3), pp. 77-91.

Moisés, M. (1999) *A Literatura Portuguesa*. 30ª ed., São Paulo: Cultrix.

Nuñez, J. P. (1984) Las cantigas de Alfonso X como fuentes historicas: La guerra de Granada. *Congreso Internacional sobre "Alfonso X el Sabio": vida, obra, época*. Madrid, Toledo, Ciudad Real, Murcia, Granada, Cádiz, Sevilla.

Nye Jr., J. S. (2002) *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história*. Lisboa: Gradiva.

Schmitt, J. (1998) A história dos marginais. In: J. Le Goff (org.), *A história nova*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, pp. 261-290.

Vereza, R. (2009) Espaços de interação, espaços de conflitos: A representação sobre os muçulmanos em Castela no século XIII. *Revista do Mestrado de História*, Vassouras, 11(1), pp. 169-191.

\_\_\_\_\_. (2017) Revendo a ideia de tolerância: os contornos da marginalização das comunidades mudéjares castelhanas no século XIII. *Revista Ágora*, Espírito Santo, n. 26, pp. 122-133.